



**Ata da reunião ordinária de 21 de fevereiro de 2014
da Junta de Freguesia da Vila de Capelas**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Capelas e na sala para este fim destinada, reuniu, em reunião ordinária, a Junta de Freguesia de Capelas sob a Presidência de Rui Alexandre Barbosa de Sousa, com os vogais Norberto Manuel Rodrigues da Costa (Secretário) e Carla Alexandra Melo Reis (Tesoureira).

O Senhor Presidente saudou os membros do Órgão Executivo e agradeceu a sua presença na reunião, declarando de seguida aberta a reunião às vinte horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A vogal Carla Reis informou os restantes membros do Executivo que, de acordo com o solicitado e incumbido pelo Senhor Presidente, contactou via correio eletrónico a Cruz Vermelha de Ponta Delgada na sequência de pedido daquela instituição para o desenvolvimento de uma atividade nesta freguesia. Referiu ainda que, até à data, não recebeu qualquer esclarecimento daquela organização.

O vogal Norberto Costa informou os restantes membros do Executivo que, através dos ativos ao abrigo do Programa de Inserção Social FIOS, do Programa de Emprego RECUPERAR e dos próprios funcionários desta Junta de Freguesia, têm sido efetuados diversos trabalhos, tais como a recuperação do edifício sede do Capelense Sport Clube, o alargamento do portão de acesso ao parque de estacionamento da Igreja Matriz, a construção de rampas e escadas na Rua do Navio, junto à Escola EB 2,3 de Capelas. Informou ainda que, para além das habituais limpezas das principais ruas da freguesia, procederam à limpeza da Rua da Pavia, do Caminho dos Dezoito, da Travessa do Jogo, do Caminho das Rocinhas e do Bebedouro das Quatro Canadas.

Deram ainda início à limpeza de um espaço na Rua dos Odres, aparentemente público, que poderá dar lugar a um espaço verde e zona de lazer.

Por fim, o vogal Norberto Costa propôs ainda a instalação de uma travessia pedonal (passadeira para peões) junto à rampa recentemente construída na Rua do Navio, junto à Escola EB 2,3 de Capelas. O Senhor Presidente, estando de acordo com a sugestão, informou que irá remeter, já na próxima semana, esta proposta à Sra. Vereadora da CMPD com as competências delegadas nesta matéria.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente deu por encerrado o período de antes da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE E DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES PELOS VOGAIS SECRETÁRIO E TESOUREIRA

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar como limite de autorização de despesas pelo seu Presidente, o valor de 1.000,00 € (mil euros).

Dando cumprimento à alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da mesma Lei, o Senhor Presidente designou, como seu substituto legal nas situações de faltas e impedimentos, o vogal Norberto Manuel Rodrigues da Costa (Secretário).

Sem prejuízo do disposto no art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Junta deliberou, por unanimidade, delegar no seu Presidente as seguintes funções/áreas:

1. Elaboração dos planos e orçamentos (PPI, PPA);
2. Controlo orçamental da receita e despesa;
3. Contabilidade;
4. Património;
5. Aprovisionamento;
6. Inventário;
7. Pessoal.

Ao abrigo da distribuição de funções a que se reporta o n.º 2 e n.º 3 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no vogal Secretário ficam distribuídas as seguintes funções/áreas:

1. Gestão do cemitério da freguesia;
2. Gerir e planear a atividade (semanal) dos recursos humanos ao serviço da freguesia, dando cumprimento às deliberações da Junta de Freguesia e/ou do seu Presidente;
3. Elaborar as atas das reuniões do Órgão Executivo;
4. A certificação, mediante despacho do Presidente da Junta de Freguesia, dos factos que constem dos arquivos da freguesia e, independentemente de despacho, o conteúdo das atas das reuniões da Junta de Freguesia;
5. Assegurar o funcionamento regular do expediente da autarquia local;
6. Acompanhar e avaliar o funcionamento dos serviços administrativos e sugerir graus satisfatórios de organização;
7. Sugerir planos de formação dos trabalhadores dos serviços administrativos e restantes trabalhadores nos diversos âmbitos da sua atuação;
8. Área da segurança e higiene no trabalho.

8
[Handwritten signature]

Ao abrigo da distribuição de funções a que se reporta o n.º 2 e n.º 3 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na vogal Tesoureira ficam distribuídas as seguintes funções/áreas:

1. Tesouraria;
2. Coordenar e zelar pelo rigoroso funcionamento do expediente, arquivo e apoio documental;
3. Coadjuvar o Secretário na elaboração das atas das reuniões do Órgão Executivo;
4. Área social;
5. Área do ambiente.
6. Áreas da educação, cultura e desporto.

PONTO 2 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Nos termos do disposto na alínea i) do art.º 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na sequência da reunião realizada com o Senhor Dr. Pedro Furtado, Vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada, no passado dia 24 de janeiro, o assunto foi colocado à votação pelo Senhor Presidente.

No seguimento da votação, a Junta deliberou, por unanimidade, aceitar e aprovar as minutas do Contrato Interadministrativo e do Acordo de Execução de Delegação de Competências a celebrar com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, com o valor total de 93.794,06 € (noventa e três mil, setecentos e noventa e quatro euros e seis centimos).

Mais deliberou a Junta, nos termos da alínea j) do art.º 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a referida proposta de delegação de competências da Câmara Municipal de Ponta Delgada à autorização da Assembleia de Freguesia em sessão extraordinária a agendar para o próximo dia 07 de março.

O Senhor Presidente referiu ainda que as referidas minutas foram aprovadas, por unanimidade, na sessão da Assembleia Municipal que decorreu no passado dia 19 de fevereiro.

PONTO 3 – ATRIBUIÇÃO DE ABONO PARA FALHAS

Pelo Senhor Presidente foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o Ofício Circular da Vice-Presidência do Governo n.º 30/2011, de 19 de dezembro, relativo à atribuição de abono de falhas.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aos trabalhadores das autarquias locais passou a ser aplicado o disposto no Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

O n.º 1 do art.º 73.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, consagra o direito de abono para falhas atendendo à especificidade das funções exercidas, entendendo-se

que o manuseamento de dinheiro se apresenta como uma condição de maior exigência, relativamente a outros postos de trabalho caracterizados por idêntico cargo ou por idênticas carreiras ou categoria.

Por força do art.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro, têm direito ao abono para falhas, em cada órgão ou serviço, os trabalhadores que manuseiam ou tenham à sua guarda, nas áreas de tesouraria ou cobrança, valores numerários, títulos ou documentos, sendo por eles responsáveis.

Tendo o assunto sido colocado à votação, a Junta de Freguesia, usando da competência que lhe é conferida pelo disposto nas alíneas b) e e) do art.º 19.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do abono de falhas à Assistente Técnica Susana Luz Pereira Amaral Brilhante.

PONTO 4 – REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR REGIONAL

Pelo Senhor Presidente foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o Ofício Circular da Vice-Presidência do Governo n.º 12/2014, de 31 de janeiro, relativo à renumeração complementar regional aprovada pelo DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, cuja redação do art.º 10.º foi alterada pelo art.º 43.º do DLR n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, o qual determina que a decisão de atribuição da remuneração complementar aos trabalhadores das autarquias locais compete aos respetivos órgãos decisórios.

Tendo o assunto sido colocado à votação e no seguimento da mesma, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a aplicação da remuneração complementar regional a todos os trabalhadores desta autarquia.

PONTO 5 – CANDIDATURA AO PROGRAMA “ECO FREGUESIA, FREGUESIA LIMPA” 2014

Pelo Senhor Presidente foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o Regulamento do programa “ECO Freguesia, freguesia limpa”, promovido pelas Direções Regionais do Ambiente e dos Assuntos do Mar da Secretaria Regional dos Recursos Naturais.

Colocado o assunto à votação, e atendendo à importância da manutenção da limpeza desta freguesia, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a realização de candidatura ao programa “ECO Freguesia, Freguesia Limpa” 2014.

A inscrição deverá ser efetuada até ao próximo dia 10 de março.

PONTO 6 – PROPOSTAS DE CANDIDATURA À DROAP

Nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, é possível celebrar acordos de cooperação financeira entre a administração regional e as juntas

de freguesia, nas áreas de mobiliário e equipamento e ainda nas pequenas reparações de sedes.

Atendendo às necessidades mais prementes desta autarquia, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a realização de uma candidatura junto da Direção Regional da Organização e Administração Pública (DROAP) para obter financiamento para aquisição de um PC industrial, de uma impressora multifunções a cores e de uma pequena secretária de apoio às sessões da Assembleia de Freguesia, a utilizar pelo Órgão Executivo.

Atendendo ao facto das autarquias locais terem de disponibilizar, no respetivo sítio de internet, os documentos previsionais e de prestação de contas dos últimos dois anos e, considerando ainda que as autarquias locais devem disponibilizar na sua página eletrónica, os regulamentos que criam as taxas previstas na lei, a Junta deliberou, por unanimidade, incluir ainda nesta candidatura junto da DROAP uma proposta para a implementação de uma página de internet da Junta de Freguesia de Capelas.

A candidatura, para o efeito, deverá ser efetuada até ao próximo dia 28 de fevereiro.

PONTO 7 – CANDIDATURA AO PROGRAMA RECUPERAR

No âmbito da candidatura ao Programa RECUPERAR, este Executivo deliberou por, unanimidade, aprovar a integração de quatro ativos a partir do próximo dia 31 de março.

PONTO 8 – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AQUISIÇÃO DE LIVROS

Pelo Senhor Presidente foi dada a conhecer aos restantes membros do Executivo a carta recebida do Núcleo de São Miguel do CNE para a aquisição do livro "*Corpo Nacional de Escutas em S. Miguel - 75 anos a dar rumo e sentido à vida*".

Considerado o pedido formulado pelo Núcleo de São Miguel do CNE, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a aquisição de um exemplar pelo valor de 15,00 € (quinze euros), para uso e manutenção nas instalações desta autarquia.

PONTO 9 – REMODELAÇÃO DE ANEXO PARA APOIO À ERMIDA DO CEMITÉRIO

A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar e avançar com as ações necessárias, com vista à remodelação de anexo para apoio à ermida do cemitério desta Vila.

PONTO 10 – CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIOS

A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar e avançar com as ações necessárias, com vista à construção de ossários no cemitério desta Vila.

PONTO 11 – REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DO PORTO DE PESCAS

A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar e avançar com as ações necessárias, com vista à remodelação das instalações sanitárias do porto de pescas desta Vila.

PONTO 12 – APOIO SOCIAL – HABITAÇÃO

A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar e avançar com as ações necessárias, com vista à requalificação e adaptação de WC para um cidadão desta Vila, com mobilidade reduzida devido a doença oncológica e degenerativa.

PONTO 13 – PSP “ESCOLA SEGURA”

Na sequência de uma atividade proposta pela Esquadra de Polícia de Segurança Pública de Capelas, através do programa Escola Segura, o Órgão Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar e avançar com as ações necessárias, com vista a promover a atividade designada por “Vila Segura”.

A atividade decorrerá no próximo dia 14 de março no Jardim desta Vila de Capelas, abrangendo a comunidade escolar Capelense ao nível do 1.º ciclo de escolaridade.

PONTO 14 – PROBLEMAS DE TRÂNSITO E DE ESTACIONAMENTO NA RUA DOS VINHÁTICOS, RUA DO TEATRO NOVO E RUA DA PEDREIRA (EM510)

A junta deliberou, por unanimidade, incumbir ao Senhor Presidente a redação de um relatório/ofício acerca das problemáticas de trânsito e estacionamento na Rua dos Vinháticos, Rua do Teatro Novo e Rua da Pedreira (EM510), e posterior envio à Câmara Municipal de Ponta delgada, para ser objeto de apreciação e análise pela Comissão de Segurança Rodoviária Municipal.

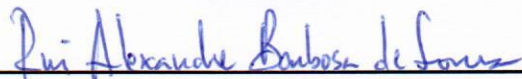
PONTO 15 – ABERTURA DE UM NOVO LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO E ENCERRAMENTO DO EXISTENTE

A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar o fecho do livro de atas existente e proceder à abertura de um novo livro de atas a partir do ano de 2014.

Não havendo outros assuntos agendados e a tratar, e sendo vinte e duas horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, e para constar, lavrou-se a presente ata nos termos do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que por


mim, Norberto Manuel Rodrigues Costa, foi secretariada e que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros deste Executivo.

O Presidente



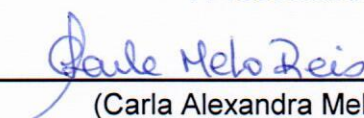
(Rui Alexandre Barbosa de Sousa)

O Secretário



(Norberto Manuel Rodrigues da Costa)

A Tesoureira



(Carla Alexandra Melo Reis)